



ESCOLA NAS FÉRIAS: UM PROGRAMA PÚBLICO DE LAZER E A POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Lucilene Alencar¹
Leandra Fernandes Resende²
Luiza Aguiar dos Anjos³

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Escola; Espaço público.

INTRODUÇÃO

Nesse texto, apresentamos a experiência de uma política de lazer que utiliza espaços públicos, principalmente a escola, nos períodos de férias escolares. Descrevemos a organização, realização e funcionamento do Programa e discutimos brevemente como a existência desse programa contribui para a apropriação e ressignificação da escola por comunidades de Belo Horizonte.

Em janeiro de 2009, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED), propôs para escolas municipais o desenvolvimento de um projeto piloto de oferta de atividades de lazer para crianças de 6 a 14 anos no período de férias escolares, durante duas semanas de janeiro e julho. Foram convidadas a participar dessa primeira experiência as escolas que já realizavam programas e projetos da Secretaria. Esse critério foi baseado na crença de que escolas que desenvolvem tais atividades extracurriculares possuem uma melhor integração entre escola e comunidade, por ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania. Por se tratar de uma proposta nova, a adesão das escolas no projeto foi espontânea, uma vez que era necessário envolvimento da comunidade escolar para sucesso do mesmo. No primeiro semestre do ano 2009, do universo de 186 escolas municipais de ensino fundamental da rede, 131 possuíam o diálogo com a comunidade que a SMED julgava necessário para o desenvolvimento do projeto. Destas, 10 escolas aderiram, atingindo um público de 8700 participantes. Já no segundo semestre, o projeto foi ampliado para 36 escolas, atendendo 18.615 participantes.

O projeto foi ganhando o interesse das comunidades de Belo Horizonte, que passaram a reivindicar a expansão da proposta para as outras escolas municipais, por meio dos Fóruns regionais da educação¹. Sendo assim, em 2010, o projeto passou a constituir-se como um programa de governo, a ser desenvolvido em todas as escolas da rede municipal de educação, com a alcunha de Programa Escola nas Férias (PEF). Pela dimensão do programa, a SMED deixou de ser o único representante do poder público na ação, tornando-se, assim, o produto de uma articulação intersetorial entre diversas secretarias².

PROGRAMA ESCOLA NAS FÉRIAS: SEU TERRITÓRIO E A PRÁTICA DO LAZER

¹ Momentos organizados pela Secretaria Municipal de Educação, através de suas Gerências regionais a fim de ouvir os interesses das comunidades.

² Além da participação efetiva da Secretaria Municipal de Educação na formulação e execução do programa, temos o envolvimento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, Fundação de Parques e Jardins, Fundação de Cultura, Secretaria Municipal de Políticas Sociais e Fundação Zoobotânica.

O Programa ocorre durante duas semanas, no período das férias escolares, de 9h às 16h. A primeira com atividades no interior da escola, e a segunda nos chamados Espaços BH Cidadania, onde funcionam aparelhos públicos de atendimento a comunidades de maior vulnerabilidade social, geridos pela Secretaria de Políticas Sociais. Em ambas as semanas, o Programa oferece atividades de lazer que contemplam vivências em jogos, brincadeiras, esportes, danças, artes (manifestações culturais), conforme o planejamento de cada unidade escolar. A participação é de livre escolha das crianças e adolescentes, dependendo apenas da autorização de seus responsáveis.

Na escola, o espaço ganha um formato diferente do seu modelo tradicional, com novas possibilidades de uso. As atividades propostas no Programa Escola nas Férias dialogam e respeitam os códigos e funções do espaço escolar, mas criam uma nova relação com os participantes, se propondo a atender suas demandas e interesses – diferentemente da lógica que define os conteúdos presentes em um currículo escolar. Desta maneira, as atividades organizam-se sob o viés do lazer proposto por Gomes e Pinto (2009, p.), “considerando tempos/espacos disponíveis e a atitude assumidas pelas pessoas neste tipo de experiência – marcada por um sentimento de liberdade (mesmo que seja apenas imaginada), impulsionada pela busca de satisfação e pelo desfrute do momento vivido”.

Como já dito, o uso do espaço das escolas pelo programa acontece na primeira semana de seu funcionamento, no qual observamos uma maior adesão de participantes. Pelo fato do público do programa ser de crianças e adolescentes, é possível que isso aconteça devido à relação de confiança dos responsáveis com a escola. Outro fator que pode influenciar a maior adesão nesta semana é a participação de pessoas da comunidade como voluntários³. Estes se revezam na organização da recepção e distribuição dos participantes, dos lanches (incluindo a preparação do almoço) e ministrando oficinas nos diversos espaços da escola: salas de aula, pátio, cantina, auditórios, laboratórios, quadras, corredores, entre outros, ressignificando esses locais.

Durante esta semana, as escolas escolhem um dia para realizarem um passeio em um espaço da cidade. Estes locais, através da parceria intersetorial estabelecida pelas instituições envolvidas do poder público, organizam o atendimento aos participantes do programa, sem inviabilizar as visitas habituais de outros frequentadores. Com isso, além da inserção de uma parcela da sociedade nos espaços culturais, pretende-se expandir o programa para a cidade, considerando a responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais⁴ à população.

Partindo da experiência das edições desse programa desde 2009 até a última realização em Janeiro de 2013, levantamos dois questionamentos centrais com relação aos sujeitos e o uso do espaço da escola em uma nova configuração: 1) Como a escola, local que faz parte do cotidiano dos alunos sob uma lógica da obrigação, pode ainda despertar o interesse dos estudantes no período em que estão livres desse compromisso?; 2) É possível que a escola seja um local que foi apropriado não somente pelas crianças e adolescentes que lá estudam, mas também por toda a comunidade de seu entorno?

Desenvolver este Programa durante cinco anos não responde tais questões, mas aponta caminhos que nos conduzem a entender que nesse tempo, a escola ressignifica o uso do seu território, possibilitando fortalecer a relação de integração com a comunidade do entorno, uma vez que seu universo passa a ser usufruído para o lazer. Assim, o espaço escolar dialoga com

³ Para atuar como voluntário no Programa, são selecionados pela escola, de acordo com a demanda da comunidade, pessoas que valorizem os saberes e fazeres da localidade e que possuem habilidades para desenvolver atividades de lazer. Estes voluntários podem ser ressarcidos com ajuda de custo de transporte e alimentação pelo município, conforme a lei do voluntariado nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

⁴ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer...” (BRASIL, 1988, artigo 227).

os conceitos de território proposto por Santos (1999, p.8), apontando que: “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Entendemos, portanto, que é necessária a intervenção do homem para que os espaços públicos passem a ser apropriados pelos cidadãos possibilitando uma educação para e pelo lazer. É preciso que haja a intencionalidade dos sujeitos e principalmente das políticas públicas para que a cidade seja de fato um espaço educativo e propício não somente ao trabalho, mas também ao desfrute do lazer. Acreditamos que as relações sociais de usufruto da cidade pela população podem possibilitar a criação e recriação do espaço urbano, provocando um sentimento apropriação da cidade pela comunidade.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *Geographia*, ano1, n.1, p.7-13, 1999. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/2/2%3E>>. Acesso em 03 de mar. 2013.

GOMES, C.; PINTO, L. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (orgs). *Lazer na América Latina/ tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2009, p.67-122.

BRASIL, C. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de abr. 2013.

¹ Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Especialista em Gestão de Projetos Culturais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lu.alencar@pbh.gov.br.

² Ex-professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Mestre em Estudos Interdisciplinares do Lazer / CELAR. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: leandralibra@hotmail.com

³ Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Mestre em Estudos Interdisciplinares do Lazer / CELAR. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lucianaonice@gmail.com